

## **BULHÕES, Leopoldo**

\*dep. geral GO 1881-1889; const. 1891; dep. fed. GO 1891-1893; sen. GO 1894-1898 e 1899-1902; min. Faz. 1902-1906 e 1909-1910; sen. GO 1911-1916.

*José Leopoldo de Bulhões Jardim* nasceu na cidade de Goiás, antiga capital da província de Goiás, em 28 de setembro de 1856, filho de Inácio Soares de Bulhões e de Antônia Emília de Bulhões Jardim. Seu avô materno, José Rodrigues Jardim, foi militar, presidente da província de Goiás de 1831 a 1837 e senador do Império de 1837 a 1842.

Fez os primeiros estudos em sua cidade natal e em seguida transferiu-se para São Paulo para matricular-se na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, onde havia grande difusão de idéias liberais, republicanas e abolicionistas. Após a formatura, em 1880, regressou a Goiás e filiou-se ao Partido Liberal. No final dos anos 1870, sua família rompera com o então presidente da província Luís Augusto Crespo (julho de 1878 a março de 1879), que era ligado a Augusto Fleury Curado, inimigo dos jovens Bulhões. Com a subida de Aristides de Sousa Espínola ao governo de Goiás (março de 1879 a fevereiro de 1881), a família Bulhões afirmou-se como a principal detentora do poder regional.

Já em 1881, com apenas 25 anos, Leopoldo Bulhões tornou-se o principal redator da *Tribuna Livre* de Goiás e foi eleito deputado geral para a legislatura 1882-1884, transferindo-se com isso para o Rio de Janeiro, então capital do Império. Com uma atuação ligada à defesa do federalismo e do fim do cativo, em 1883 apresentou um projeto de abolição imediata da escravidão, que seria seguida de um curto período de serviço gratuito prestado pelos libertos. Reeleito deputado geral em 1885 e 1886, fundou nesse último ano, ao lado do irmão Félix Bulhões, o jornal *Goiás*, através do qual divulgava as ideias de liberdade de culto, de secularização dos cemitérios, de registro e casamento civil, acabando por entrar em conflito com os bispos ultramontanos locais. Nesse sentido, pode-se dizer que o predomínio político de sua família esteve ligado a uma ação modernizadora em franca oposição à Igreja católica.

No crepúsculo da monarquia, participou no Rio de Janeiro do Congresso Liberal,

posicionando-se ao lado da minoria favorável ao federalismo que incluía personalidades como Rui Barbosa, Joaquim Nabuco e Saraiva. Foi também fundador e o principal líder do Partido Republicano de Goiás, ao lado de Joaquim Xavier de Guimarães Natal, casado com sua irmã Ângela de Bulhões. Proclamada a República em 15 de novembro de 1889 perdeu o mandato de deputado, mas no ano seguinte, ao ser convocado o Congresso Constituinte, voltou a ser eleito deputado em 15 de setembro e tomou posse em 15 de novembro. Integrou o restrito grupo de 21 parlamentares encarregados de dar parecer sobre o projeto da nova Constituição, e posteriormente foi indicado pelo presidente da Comissão Constitucional para redigir o projeto final, ao lado de nomes como Júlio de Castilhos e José Higino. No mesmo dia em que era promulgada a Constituição, 24 de fevereiro de 1891, proferiu célebre discurso em que defendia a necessidade de revisão nova Carta: “Antes de assiná-la, me vejo forçado a declarar a V. Ex. que ela carece de revisão”.

Forte opositor, durante governo provisório de Deodoro da Fonseca (1889-1891), da política econômica de Rui Barbosa que liberalizou as emissões monetárias e provocou inflação, já no dia 19 de janeiro de 1891 afirmara da tribuna que as ações do titular da pasta da Fazenda “parecem-me perigosíssimas, porque eternizam o papel-moeda e o curso forçado, determinando grandes flutuações nos preços e nos câmbios”. Passando a exercer o mandato ordinário em maio de 1891, participou na Câmara dos Deputados da comissão encarregada de estudar a reorganização do Banco da República.

Também em 1891 foram convocadas as constituintes estaduais, e Leopoldo Bulhões foi eleito para compor a Constituinte goiana, passando a exercer simultaneamente os mandatos de deputado federal e estadual. No plano regional, continuou a receber a oposição da Igreja goiana, liderada por dom Eduardo Duarte e Silva, o qual fundara em 20 de julho de 1890 o Partido Católico de Goiás para combater a separação entre a Igreja e o Estado e a “imoralidade do casamento civil”, medidas consagradas pela República. De acordo com suas opções políticas, apoiou a subida ao poder de Floriano Peixoto – que em 23 de novembro de 1891 substituiu o presidente Deodoro da Fonseca – e colaborou para que fosse aprovada na Câmara a lei orçamentária do novo governo.

## ENTRE GOIÁS E A CAPITAL FEDERAL

Eleito presidente do estado de Goiás em 30 de abril de 1892, na sucessão de Brás Abrantes, Leopoldo Bulhões preferiu continuar na Câmara dos Deputados e não chegou a assumir o cargo, que foi preenchido pelo primeiro vice-presidente estadual, seu então aliado Antônio José Caiado. Concluindo o mandato de deputado em dezembro de 1893, no ano seguinte, com apenas 38 anos de idade, foi eleito senador por Goiás. Membro da Comissão de Finanças do Senado, foi relator da Lei Orgânica do Tribunal de Contas. No contexto conturbado da Revolução Federalista, repeliu, na condição de relator da Comissão de Constituição e Poderes, um projeto vindo da Câmara decretando estado de sítio na capital federal, Niterói, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e defendeu o princípio liberal da insurreição dos oprimidos em defesa da liberdade – ainda que ele próprio apoiasse o governo de Prudente de Moraes (1894-1898), cujo convite para a pasta da Fazenda, entretanto, recusou. Em 1898 tornou-se presidente do Senado e passou a dar sustentação ao governo Campos Sales (1898-1902).

Enquanto sua carreira evoluía na capital federal, o poder em Goiás era exercido por seus aliados. Sucedendo a Antônio José Caiado, presidiram o estado Francisco Leopoldo Rodrigues Jardim, seu primo e cunhado, casado com sua irmã Maria Nazaré de Bulhões Jardim, e Urbano de Gouveia, também seu cunhado, casado com sua irmã Leonor de Bulhões Jardim. Foi da consolidada oligarquia bulhonista que surgiu aquele que iria suplantá-la: José Xavier de Almeida, eleito presidente do estado em março de 1901 com o apoio dos Bulhões. No governo, Xavier de Almeida procurou mostrar-se leal à oligarquia dominante, mas poucos meses após ter sido empossado começou a decepcionar. Os Bulhões esperavam consolidar a aliança política com Xavier de Almeida por meio de sua entrada para a família através do casamento, mas não tiveram êxito, pois este logo casou-se com Amélia Lopes de Moraes, filha de Hermenegildo Lopes de Moraes, dono de uma das maiores fortunas do estado. Além disso, Xavier de Almeida implementou práticas que colidiam com os interesses da família e seus aliados, tais como uma severa política fiscal

que implicou a renovação dos funcionários do fisco e resultou na demissão de pessoas da confiança de Leopoldo Bulhões, uma diretriz a que chamou de “congraçamento”, que consistia na aproximação com antigos adversários políticos.

Em 1902, Leopoldo Bulhões foi um dos articuladores da candidatura de Rodrigues Alves à presidência da República. Este, após sua confirmação nas urnas, convidou-o para a pasta da Fazenda. Aceitando desta vez o convite, durante sua gestão – que se estendeu de 15 de novembro de 1902 a 15 de novembro de 1906 – buscou dar continuidade à política econômica do governo anterior, executada pelo ministro Joaquim Murinho, que recebera forte oposição de setores favoráveis a uma política mais protecionista e industrialista. De qualquer modo, buscou regulamentar e fiscalizar as companhias estrangeiras e procurou criar instrumentos de ação do Estado na área financeira e tributária, através da instituição da Inspetoria de Seguros do Tesouro Nacional, bem como da reorganização da Casa da Moeda e das Delegacias Fiscais nos estados. Conseguiu contrair um empréstimo para o porto do Rio de Janeiro, resgatou as inscrições do Banco da República – fortemente abaladas após a crise bancária de 1900 – reformando os estatutos e criando o Banco do Brasil, regulamentou as loterias e elaborou o projeto do Código de Contabilidade Pública. Após seu afastamento do Ministério da Fazenda, foi diretor do Banco do Brasil de 1907 a 1908.

Durante todo esse período, cresceram em Goiás os desentendimentos entre os Bulhões e aqueles que apoiavam Xavier de Almeida. Nas eleições estaduais para o Legislativo, em 1904, e para o Executivo, no ano seguinte, o grupo ligado ao xavierismo ganhou as disputas e passou a controlar a política local. Assim, em 2 de março de 1905, nas eleições para o governo do estado, o candidato apoiado por Xavier de Almeida, Miguel da Rocha Lima, derrotou o candidato apoiado pelos Bulhões, o senador Joaquim José de Sousa. Os Bulhões não aceitaram o resultado e homologaram a eleição de seu candidato. A questão foi encaminhada ao Congresso Nacional, onde se formou uma comissão julgadora que teve como relator o deputado Estevão Lobo. Os Bulhões pediam que o governo federal interviesse no estado, mas o relator da comissão concluiu contrariamente à intervenção e

deu o ganho da causa a Miguel da Rocha Lima. Empossado, este manteve as linhas mestras do governo de Xavier de Almeida, inclusive a execução da política fiscal que desagradava até mesmo aos “coronéis” ligados ao grupo xavierista.

A ocasião que Leopoldo Bulhões almejava para retornar à cena política goiana se apresentou em 1908, quando se aproximavam as eleições para o governo do estado e para o Senado Federal. Xavier de Almeida, que então ocupava uma cadeira na Câmara dos Deputados, apoiou a candidatura de seu sogro, Hermenegildo Lopes de Moraes, ao governo do estado. Este foi eleito em 2 de março, mas teve sua eleição repelida pela oposição ligada aos Bulhões, que se aglutinou fortemente em virtude da decisão da comissão executiva do Partido Republicano de homologar a candidatura de Xavier de Almeida ao Senado. Em abril, alguns integrantes da composição política situacionista deixaram o governo e aliaram-se a Leopoldo de Bulhões e a Eugênio Jardim (irmão de Francisco Leopoldo Rodrigues Jardim) para fundar o Partido Democrata. A insatisfação diante da vitória de Hermenegildo Lopes de Moraes para o governo do estado e de Xavier de Almeida para o Senado cresceu a ponto de se transformar em um movimento armado para depor o então presidente estadual Miguel da Rocha Lima. Os adversários de Xavier de Almeida arregimentaram homens, compraram armas e formaram um contingente diante do qual a força policial do estado se viu impotente. Miguel da Rocha Lima renunciou no dia 11 de março de 1909, e foi substituído pelo primeiro vice-presidente, Francisco Bertoldo de Sousa. No dia 1º de maio, os revolucionários percorreram a cavalo a cidade de Goiás deflagrando a chamada Revolução de 1909, movimento político liderado por Leopoldo de Bulhões, que, com o apoio das lideranças pecuaristas, tomou o governo e liquidou o domínio político do grupo de Xavier de Almeida. Eugênio Jardim foi quem comandou as forças revolucionárias que entraram vitoriosas na capital de Goiás. Na mesma data, Francisco Bertoldo de Sousa entregou a presidência do estado ao segundo vice-presidente José da Silva Batista, que governou até a posse do presidente nomeado pelos revolucionários, Urbano de Gouveia, que assim voltou ao poder em 24 de julho de 1909.

Ainda em 1909 Leopoldo Bulhões foi reeleito senador, mas renunciou ao mandato por ter sido mais uma vez chamado a ocupar a pasta da Fazenda, quando o vice-presidente Nilo Peçanha substituiu o presidente Afonso Pena (1906-1909), então falecido. Em sua curta gestão (1909-1910), realizou uma ampla reforma administrativa que incluiu a regulamentação de concursos públicos para o ingresso no serviço fazendário.

Em 1910, apoiou a Campanha Civilista liderada por Rui Barbosa, que foi derrotado nas eleições presidenciais pelo marechal Hermes da Fonseca (1910-1914). Voltou ao Senado em 1911, na vaga aberta com a renúncia de seu correligionário Francisco Rodrigues Jardim, tornando-se forte opositor do governo Hermes. Reeleito senador em 1912, travou diversas polêmicas com a eminência parda do governo no Congresso, o líder gaúcho Pinheiro Machado. Obteve mais um mandato no Senado em 1915 e, além de desenvolver intensa atividade parlamentar, foi professor da Escola de Altos Estudos, fundada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

Transferindo-se para Petrópolis, foi presidente do Conselho Municipal da cidade entre fevereiro e maio de 1917. Novamente eleito para o Senado nesse ano, foi “degolado” pela Comissão de Verificação de Poderes e impedido de tomar posse, apesar dos esforços do senador João Luís Alves e dos protestos de Rui Barbosa, Eptácio Pessoa e Paulo de Frontin. Mas menos de 90 dias após a “degola”, foi convocado para dirigir o Comissariado Geral da Alimentação Pública, encarregado de cuidar dos problemas provenientes do aumento do custo de vida. Em 5 de novembro de 1918 encerrou suas atividades como diretor do Comissariado e a partir de então se dedicou ao jornalismo, escrevendo artigos para o *Jornal do Brasil*, *O Imparcial*, *A Rua* e *A Época*. Foi também diretor-tesoureiro da América Fabril, da Companhia Nacional de Tecidos Nova América S. A., e posteriormente reorganizou a White Martins S. A, além de ter ocupado a presidência da Empresa de Melhoramentos da Baixada Fluminense, dedicada ao saneamento da região.

Morreu em 15 de dezembro de 1928, em Petrópolis.

Casado com Cecília Félix de Sousa, filha do desembargador Benedito Félix de Sousa, teve oito filhos. Seu sobrinho-neto Otávio Gouveia de Bulhões foi ministro da Fazenda do

governo Castelo Branco (1964-1967).

Entre seus principais trabalhos destacam-se: *A conversão do papel-moeda* (1892) *Meio circulante e abolição dos escravos* (1893), *Relatórios do ministro da Fazenda* (1903-1906) e *Relatório do Ministério da Fazenda* (1910).

*Demian de Melo/ Adrianna Setemy*

FONTES: ABRANCHES, J. *Governo*; BULHÕES, A. *Ministros*; CÂM. DEP. Disponível em : <<http://www.camara.gov.br>>; CAMPOS, W. *Leopoldo*; FURTADO, C. *Formação*; MIN. FAZENDA. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br>>; MIN. FAZENDA. *Ministros*; PRADO JR., C. *História*; Projeto de imagem de publicações oficiais brasileiras do Center for Research Libraries e Latin-american Microfilm Project. *Mensagens dos Presidentes de Província (1830-1930)*. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33>>. Acesso em: 8/1/2009; SENADO. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>; SILVA, M. *Catolicismo* (p.123-146).